

Um perigo: suspensão de nossas importações.

O País poderá ser obrigado a suspender suas importações, caso o Congresso não apresse a aprovação do Decreto-Lei nº 2.064, de achatamento salarial. A afirmação foi feita ontem em Brasília pelo diretor da Cacex, Carlos Viacava, ao lembrar que esta é uma exigência do Fundo Monetário Internacional e dos banqueiros para continuarem avalizando as compras brasileiras no Exterior.

Esta é a segunda vez que uma autoridade do segundo escalão, ligada aos ministros Delfim Neto e Ernane Galvães, vem a público fazer advertências ao Congresso. Anteontem, o diretor da Área Bancária, do Banco Central, José Luiz Silveira Miranda, fez declarações parecidas. Há quem acredita, porém, que as dificuldades externas não serão superadas com a atual política econômica; pelo contrário, ainda que o 2.064 seja aprovado, elas continuarão agravando-se rapidamente.

No entanto, Viacava prefere atribuir a ameaça de estrangulamento cambial exclusivamente aos debates do Congresso sobre os salários. Segundo ele, o governo tem conseguido garantir o abastecimento de produtos básicos, porém de forma precária. Ele citou inclusive produtos de que o País deveria ter excedentes estocados, como arroz, feijão, milho.

Viacava disse que o crédito de US\$ 1,5 bilhão prometido pelo Eximbank para financiar importações brasileiras dos Estados Unidos

não saiu até agora porque não se chegou a um acordo na área externa com o FMI; consequentemente, os banqueiros seguram e protelam os empréstimos frente à indefinição das negociações que se preocessam a nível interno na formulação da política econômica.

Menos subsídios

Além de aumentar a correção monetária das operações de crédito à exportação, de 60 para 70% da variação das ORTN, mais 3% de juros reais a partir de 2 de janeiro de 1984, o governo vai também reduzir a lista dos beneficiados com o pré-financiamento à produção de manufaturados destinados à exportação (Resolução 674), e financiamento para as trading companies adquirir bens para exportação (Resolução 643).

O Comitê de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos (Comor) discutiu a medida, considerada essencial para contribuir na eliminação do déficit do setor público no ano que vem. O problema é que o governo já cortou onde podia, até mesmo nos salários, e aumentou os impostos, e agora atacará frontalmente os subsídios creditícios, mesmo os destinados aos setores prioritários (exportação e agricultura).

O Comor deveria realizar hoje uma reunião na sede da Cacex, no Rio, para examinar a listagem dos produtos exportados, mas o encontro foi adiado por causa da discussão em torno do Decreto-Lei nº 2.064.